

ACTA N.º 19

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 27 de Junho de 2000.

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano dois mil, no salão da Junta de Freguesia, esteve reunida a Assembleia Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, por convocação do seu Presidente, Sr. Olímpio Francisco de Oliveira.

Para além do Presidente da Mesa compareceram os seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Armindo João Gaspar Pinhão, Álvaro Favas Brasileiro, Henrique Alberto Gomes Freilão Arraiolos, Josué Silva Cavalheiro, Manuel Isidoro Feliciano, Maria Fernanda Raposo Tirano, Justino Jorge da Costa Marques, Maria de Fátima Guerra Rodrigues, António José Sanfona Coelho, Maria Manuela Ferreira Duque e António Conceição Moreira.

Ausentes os eleitos Orlando Manuel Isidoro Marques, Paulo Francisco de Melo e Araújo Espírito Santo e Fernando Vital.

A Ordem de Trabalhos, foi a seguinte:

Ponto um – Projecto de Alteração ao Quadro de Pessoal e à Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Alpiarça;

Ponto dois – Proposta para a Instalação da Empresa WM Bolthouse Farms. Inc., no concelho de Alpiarça;

Ponto três – Criação de uma Derrama para o ano dois mil e um;

Ponto quatro – Contribuição Autárquica para dois mil a cobrar em dois mil e um;

Ponto cinco – Alteração de Âmbito Limitada ao PDM;

Ponto seis – Constituição da Ecolezíria;

Ponto sete – Primeira Revisão Orçamental para o ano dois mil.

Constituída a Mesa, pelo seu presidente e pelas senhoras secretárias Vera Lúcia Noronha e Maria de Fátima Rodrigues, foi iniciada a sessão cerca das vinte e uma e trinta minutos com a discussão das actas números dezassete e dezoito, respeitantes às sessões de vinte e quatro e vinte e oito de Abril do ano corrente.

O Sr. Presidente da mesa informou que o funcionário Nuno Paulino apresentou uma informação relativamente à acta de vinte e oito de Abril, onde este explica que por motivos técnicos não se conseguiu gravar a acta da assembleia do dia vinte e oito, e devido a este facto, a acta teve que ser realizada a partir da minuta da acta e alguns elementos de reputação.

O eleito Armindo Pinhão, solicitou que as actas fossem entregues com maior antecedência.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu os motivos do atraso de entrega da acta.

Foi lida a acta número dezoito da sessão ordinária do dia vinte e oito de Abril do ano corrente.

Foram feitas algumas sugestões de alterações, como um nome errado, que não é “Leocádio do Vale” mas sim “Amilcar do Vale”, e onde não consta uma intervenção da eleita Vera Noronha no período antes da ordem do dia, sobre os discursos do vinte e cinco de Abril.

Foi votada e aprovada por unanimidade.

O eleito Álvaro Brasileiro, solicitou que esta situação não se repita.

Foi lida a acta número dezassete da sessão extraordinária de vinte e quatro de Abril do ano corrente. Foram feitas algumas correcções e posta à aprovação. Foi aprovada por maioria com nove votos a favor e quatro abstenções.

O eleito Armindo Pinhão interveio para fazer uma declaração de voto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Mesa deu inicio a este período e apresentou um voto de pesar com o seguinte teor:

“ No passado dia 24 de Junho faleceu, vítima de acidente, o funcionário da Câmara Municipal, Paulo Jorge Leitão Dias.

Funcionário jovem e de comportamento exemplar, estava sempre pronto a ajudar quem dele necessitasse.

Foi com profunda tristeza que acolhemos a notícia do seu falecimento.

A Assembleia Municipal reunida no dia 27 de Junho manifesta o seu pesar pela morte do Paulo e apresenta condolências à família enlutada.”

Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

O eleito Henrique Arraiolos em nome da bancada da CDU, apresentou as seguintes moções:

Primeira moção: - *“A continuação da subida das taxas de juros, a diminuição das bonificações nos juros e o recente aumento, pela 3ª vez neste ano, do preço do gás botano e propano, está a provocar situações verdadeiramente dramáticas e inesperadas nos orçamentos familiares dos portugueses, principalmente nas famílias que recorreram ao crédito para compra de habitação e que assim se têm deparado com uma significativa redução do seu poder de compra.*

Só relativamente ao crédito à habitação, entre janeiro de 1999 e junho de 2000, os encargos com empréstimos sofreram aumentos que vão de 9 a 22% (conforme as condições contratuais dos empréstimos), agravados ainda pela diminuição da taxa de referência para o cálculo da bonificação dos juros.

Esta situação vem tornar ainda mais evidente e urgente, a necessidade de rever a política de moderação salarial que o Governo tem inflexivelmente imposto, admitindo a reabertura de todos os processos negociais onde se verifique perda de poder de compra dos trabalhadores portugueses. É bom recordar, que após a fixação dos 2,5% de aumento para os vencimentos da função pública, o Governo decretou a subida dos preços do combustível, incluindo o gás, em valores que atingiram os 17%.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em Sessão Ordinária, no dia 27 de Junho de 2000

e tendo em conta que tais medidas:

- *são extremamente lesivas e prejudiciais para os compromissos financeiros familiares;*
- *diminuirão significativamente o poder de compra dos portugueses e, conseqüentemente, baixará o seu nível de vida;*
- *provocam uma maior distância entre os salários dos portugueses e dos outros países da União Europeia,*

deliberou, manifestar publicamente e junto dos Órgãos competentes no Governo e das Centrais Sindicais, a sua preocupação por toda esta situação e, exigir a reabertura urgente das negociações salariais.”

Segunda moção: - *“O Poder Local Democrático é das conquistas maiores do 25 de Abril, tendo permitido uma, capacidade de realização e de resposta aos problemas das populações que é unanimemente reconhecida por todos.*

Por outro lado, o sistema eleitoral para as Autarquias Locais tem garantido uma grande estabilidade dos executivos municipais e, acima de tudo, tem permitido que:

- *Haja uma grande transparência no funcionamento dos executivos dado o seu carácter pluripartidário;*
- *Seja possível uma mais eficaz fiscalização dos actos da força maioritária, uma vez que a oposição está representada através de Vereadores democraticamente eleitos;*
- *Se encontrem, através do diálogo e do consenso, as melhores e mais correctas soluções para os diversos problemas.*

Considerando que:

- *O PS e o PSD se preparam para alterar a Lei Eleitoral para as Autarquias Locais, tendo já anunciado que pretendem, muito especialmente, que a força política mais votada tenha todos os lugares do executivo, deixando, portanto, de haver Vereadores da oposição;*
- *Pretendem estes dois partidos que sejam escolhidos pelo Presidente da Câmara de entre os eleitos para a Assembleia em lista única, deixando de haver duas listas, uma para a Câmara e outra para a Assembleia Municipal;*
- *Pretendem ainda concentrar o essencial dos poderes da Câmara no Presidente da mesma.*

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em Sessão Ordinária, no dia 27 de Junho de 2000 e tendo em conta que tais intenções:

- *são um atentado grave contra a democraticidade e o pluralismo dos órgãos autárquicos;*
- *diminuirão significativamente a transparência da administração e o poder de participação e de fiscalização das forças políticas minoritárias em cada um dos Municípios;*
- *significarão a centralização de poderes no Presidente da Câmara e a eliminação do carácter colectivo dos executivos;*
- *revelam a intenção clara de exercício do poder de forma absoluta por parte daqueles*

dois partidos;

- *são um atentado grave aos direitos da oposição e, como tal, contra o regime democrático em que vivemos,*

deliberou, repudiar e reprovou as intenções do Governo, do PS e do PSD, de rever a Lei Eleitoral das Autarquias Locais nos termos em tal tem vindo a ser enunciado.

A bem do Poder Local Democrático e da liberdade e da democracia conquistada com o 25 de Abril.”

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra para a discussão da primeira moção e intervieram os eleitos Vera Noronha e Josué Cavalheiro, que foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor, seis abstenções e dois votos contra.

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra para a discussão da segunda moção e interveio a eleita Vera Noronha, para tecer algumas considerações sobre a moção, bem como os eleitos Armindo Pinhão, Josué Cavalheiro e Manuel Feliciano.

O Sr. Presidente da mesa pôs à votação esta moção, a qual foi rejeitada por maioria com oito votos contra e cinco a favor.

O Sr. Presidente da Mesa fez declaração de voto.

Em seguida passou-se à apresentação de nomes para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Foram tecidas algumas considerações sobre os nomes a propor, pelos eleitos Henrique Arraiolos, Vera Noronha, Manuel Feliciano e Álvaro Brasileiro.

A CDU retirou os nomes inicialmente propostos.

A lista proposta pelo PS foi posta à votação e aprovada por maioria com oito votos a favor, quatro abstenções e um voto contra.

O Sr. Presidente da Mesa trouxe à discussão uma questão deixada em aberto sobre o relatório de Actividades apresentado na última sessão.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez os esclarecimentos sobre este ponto e entregou a todos os eleitos, a relação das dividas de cinco de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito (que encontrou na sua tomada de posse) e o relatório de actividades de mil novecentos e noventa e dois (elaborado pelo executivo encabeçado por Armindo Pinhão) e teceu algumas considerações.

O eleito Manuel Feliciano teceu algumas considerações sobre este assunto.

O Sr. Presidente da Mesa convidou o Sr. Presidente da Câmara Municipal a apresentar resumidamente a informação à Assembleia Municipal

O Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou a informação escrita acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, de acordo com o Art.º 53º da Lei N.º 169/99, cujo teor foi o seguinte:

1. ACTIVIDADE DIÁRIA DE MAIOR REALCE

2000-04-19

Reunião com Agropromotora – Projecto Bolthouse

Assembleia Municipal de Alpiarça

2000-04-22

Presença na inauguração das Festas de Constância

2000-04-25

Comemorações do 25 de Abril

Inauguração do Posto de Turismo

2000-04-26

Apresentação do Projecto do Hotel

Reunião de Câmara

2000-04-27

Reunião com CEDRU – Vala de Alpiarça

Reunião na C.M. Almeirim – Vala de Alpiarça

Conselho de Administração da AMLT

Reunião da Comissão Regional da Região de Turismo

2000-04-28

Encontro de Cultura Europeia em Vila Franca de Xira

2000-05-02

Reunião no Corpo de Bombeiros Municipais

Início do Concurso de Vinhos Engarrafados do Ribatejo

2000-05-03

Reunião com técnico do IPAR – Complexo Patudos

Reunião com GITAP – Centro Cívico

Reunião com Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo – utilização pista coberta

2000-05-04

Encerramento do Concurso de Vinhos Engarrafados do Ribatejo

Conferência de Imprensa para a apresentação da Feira do Vinho

2000-05-05

Congresso da ANMP

2000-05-06

Congresso da ANMP

2000-05-08

Reunião com Direcção da Associação Comercial de Santarém – aniversário da Associação

2000-05-09

Reunião de Câmara

2000-05-10

Inauguração da Feira do Vinho

2000-05-11

Feira do Vinho

Assembleia Municipal de Alpiarça

2000-05-12

Feira do Vinho

2000-05-13

Feira do Vinho

2000-05-14

Feira do Vinho

2000-05-15

Reunião com o Comandante do CBMA

2000-05-17

Reunião com Direcção do C.D. Águias

Conselho de Administração da Resiurb

2000-05-18

Reunião na Estrutura Técnica - PORLVT

Reunião com docentes do Jardim das Faias

Reunião Inovartejo

Reunião Agropromotora

2000-05-19

Inauguração da sede da AMMT

2000-05-20

Festa de final época – Futebol do C.D. Águias

2000-05-22

Reunião com Agropromotora

2000-05-23

Reunião com CCRLVT – Vala de Alpiarça

Recepção a alunos do Instituto Politécnico de Santarém – Carta desportiva de Alpiarça

2000-05-24

Reunião de Câmara

2000-05-25

Reunião com Eng^a Madalena Presumido – Lixeira de Alpiarça

Reunião do Comité das Regiões

2000-05-26

Reunião do Comité das Regiões

2000-05-29

Entrevista Rádio Pernes – Universidade do Vinho

Reunião Resiurb

Reunião F.J.R.

Reunião com Presidente da Federação Portuguesa de Andebol

2000-06-01

Assembleia Municipal de Alpiarça

Reunião com Presidente da Federação Portuguesa de Petanca – campeonato nacional

2000-06-05

Reunião na AMLT

2000-06-06

Reunião com Secretário de Estado do Desporto

2000-06-07

Inauguração da sede da AMLT

Apresentação do EURO 2004

Reunião com Dr. Francisco Correia – Arquivo Municipal

Reunião com Director da Casa Museu dos Patudos – preparação de exposição

2000-06-08

Reunião com comandante do CBMA

Reunião de Câmara

Reunião com a empresa ITAU – fornecimento refeições às Escolas

Reunião do C.A. da AMLT

Reunião com Proprietários de terrenos adjacentes ao Carril

2000-06-09

Reunião com Ministra do Planeamento

Homenagem ao Dr. António Sardinha

2000-06-11

Inauguração da Ponte Salgueiro Maia

Festival da Canção Infantil

2000-06-12

Reunião com Arq. Leonel Fadigas – Vala de Alpiarça

Reunião com Dr. Raimundo Narciso – Preparação QCA

2000-06-13

Reunião Preparatória do Mercado de Frutas do Carril

Visita aos Arquivos da Casa Museu dos Patudos – catalogação de espólio não classificado

Reunião com Veterinário Municipal e Técnica de Segurança do Centro de Saúde

2000-06-25

Reunião de trabalho Equipa técnica da Universidade do Vinho

Reunião com Direcção das Escolas – Refeições para o próximo ano escolar

Conselho de Administração da AMLT – 3ª QCA

2000-06-16

Governo Civil de Santarém – Prevenção Rodoviária Portuguesa

Reunião no Museu Nacional de Etnologia – Reconversão e requalificação do Museu Municipal

Conselho de Administração da Inorvartejo

2000-06-17

Inauguração da Feira Nacional de Agricultura

2. ACTIVIDADE GENÉRICA

- a) Visita guiada ao Concelho de delegação da Câmara Municipal de Oeiras
- b) III Feira do Vinho Engarrafado do Ribatejo / XII Feira do Vinho de Alpiarça
- c) Realização do Grande Prémio dos Patudos
- d) Realização do Campeonato Nacional de Petanca
- e) Comemorações do Dia Mundial da Criança e do Dia do Ambiente
- f) Festival da Canção Infantil do Concelho de Alpiarça
- g) Finalização de pequenas obras na sede do Conselho:
 - Parque de Estacionamento da Escola das Faias
 - Parque de estacionamento frente à pastelaria Danidoce
 - Parque de estacionamento frente ao Café Caseiro
- h) Melhoramento no Parque de Exposições:
 - Colocação de novo Portão no Pavilhão de Espectáculos
 - Beneficiação na Praça das Tasquinhas
 - Colocação de Calçada na Zona Frontal ao Pavilhão e zona de Artesanato
 - Pintura de todas as tasquinhas
- i) Recuperação e beneficiação das antigas instalações da EDP
- j) Colocação de sinais identificadores de “Paragem de Autocarro”
- k) Beneficiação da Rua Alagoas, no Frade de Baixo
- l) Limpeza de valinhas hidráulicas e desmatações diversas
- m) Beneficiação de estradas agrícolas com niveladora
- n) Limpeza Geral na Zona do Patacão
- o) Beneficiações diversas no Polidesportivo do Frade de Baixo
- p) Colaboração com a Junta de Freguesia na rearborização da Av. Carlos Relvas e execução de telheiro na Escola Básica
- q) Obras diversas de manutenção no Parque de Campismo
- r) Colaboração com a Junta de Freguesia na realização das “Noites de Verão”
- s) Colaboração com a Escola EB 2,3 / S, nas realizações de Final de Ano
- t) Colocado novo tapete de areia no Campo de Futebol de Praia
- u) Colaboração com Associação Reformados nos arranjos exteriores – colocação terra vegetal
- v) Colaboração na realização da Procissão das velas e representação da Aparição de Nossa Senhora aos Pastorinhos
- w) Colaboração com Escola das Faias na Festa de Final de Ano
- x) Colaboração com Associação de Pais da Escola de Ensino Básico, na Festa de Final de Ano

- y) Colaboração com “Grupo de Jovens de Alpiarça”, no acampamento a decorrer no Patacão

3. OBRAS EM CURSO

Implantação de Esgotos no Frade de Cima

- a) Preparação para asfaltamento da Rua e Travessa da Patracola
- b) Execução de Passeios na ligação EN118 – Frade de Baixo
- c) Criação de Zona Verde junto á futura Rotunda do Casalinho
- d) Infra-estruturas no “Loteamento BIC”
- e) Beneficiação nos Polidesportivos de Frade de Baixo e Frade de Cima
- f) Parque de estacionamento do Cemitério Municipal
- g) Execução de cantinas nas Escolas de Faias e Frade de Baixo
- h) Piscinas Municipais
- i) Realização de infra-estruturas nos Loteamento “Artur Carvalho” e “Carlos Relvas”
- j) Rotunda Norte de Alpiarça

4. VISITAS INSTITUCIONAIS AO CONCELHO

- a) Presidente da Região de Turismo do Ribatejo
- b) Vice - Presidente do IPPAR
- c) Presidente do Sporting Clube de Portugal
- d) Gestor do PORLVT
- e) Presidente da CCRLVT
- f) Presidente da Câmara Municipal da Chamusca
- g) Presidente da Câmara Municipal de Almeirim
- h) Deputado Barbosa de Oliveira
- i) Deputado João Sequeira
- j) Presidente da CVRR
- k) Presidente da Nersant
- l) Director Geral de Agricultura
- m) Presidente da OIV, Prof. Doutor Bianchi de Aguiar
- n) Reitor da Universidade do Vinho de Suze-la-Rousse
- o) Conselheiros Comerciais das Embaixadas de:
 - África do SUL
 - Eslováquia
 - Republica Checa
 - Venezuela
 - Brasil
 - Bulgária
 - Chile
- p) Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar

5. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Com base nos apuramentos contabilísticos, datados de 2000-06-19, resulta a seguinte situação:

a) Dívidas a Fornecedores	: 85 683 contos
b) Quadro Comunitário e contratos Programa	: 117 573 contos
c) Empréstimos	: 277 671 contos
d) Disponibilidade de Tesouraria	: 216 638 contos
e) Documentos (por receber)	: 5 571 contos

O eleito Henrique Arraiolos colocou uma questão sobre os peixes mortos na Vala de Alpiarça.

O Vereador José João Pais fez os devidos esclarecimentos.

O eleito Álvaro Brasileiro colocou a questão sobre o “Furo dos Avelinos”, e o eleito Manuel Feliciano sobre a demolição do prédio da Rua José Relvas (Dr. Romão) e sobre o Jardim Municipal e as casas adjacentes.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez algumas considerações.

O Sr. Presidente da Mesa fez um comentário relativamente á questão do jardim.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um - Projecto de Alteração ao Quadro de Pessoal e à Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Alpiarça.

A eleita Vera Noronha propôs a inclusão do Veterinário Municipal na Divisão Municipal de Obras, Planeamento, Urbanismo, Serviços Urbanos e Ambientais.

O eleito Henrique Arraiolos colocou algumas questões.

O eleito Armindo Pinhão teceu algumas considerações sobre o Veterinário Municipal.

Posto o assunto à votação, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de Alteração ao Quadro de Pessoal e à Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Alpiarça, com a alteração proposta pela eleita Vera Noronha.

Ponto dois – Proposta para a Instalação da Empresa WM Bolthouse Farms. Inc., no concelho de Alpiarça.

O assunto foi posto a discussão pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Interveio o Autarca Armindo Pinhão.

De seguida usou da palavra o autarca Henrique Arraiolos para questionar sobre a realidade desta fábrica, tendo colocado uma questão relativamente ao consumo de água, ou seja, se há capacidade, em termos de caudais para consumos tão elevados, ou seja, na primeira fase de seis mil metros/cúbicos/dia e na terceira fase de dez mil metros/cúbicos/dia.

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que o assunto carecia de uma explicação do senhor Presidente da Câmara Municipal.

O autarca Henrique Arraiolos advertiu que o assunto deveria estar um pouco mais claro para poderem saber, antecipadamente, o que se passa, devido à proposta não estar bem explícita.

Interveio o Autarca Justino Jorge.

No uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, começou por referir que não houve falta de transparência a que o autarca Henrique Arraiolos se referiu na sua intervenção. Comentou que incluiu na informação um documento que tem escrito “confidencial”, não havendo, portanto, a preocupação de esconder um documento que foi enviado à autarquia com o título confidencial, o qual foi colocado na pasta dos membros da Assembleia Municipal. Não havendo, portanto, jogo escondido, apesar de o documento ser confidencial. Informou que a empresa WM - Bolthouse Farms, INC., é a maior produtora mundial de cenouras e que está instalada em Bakersfield, sendo sua intenção construir na Europa uma fábrica destinada a exportação para o continente Europeu, tendo escolhido Portugal. Informou, que o Município de Alpiarça tomou conhecimento desta situação e estabeleceu contactos no sentido de poder ser candidato a um projecto deste tipo. Disse que, de facto, pelas cargas eléctricas que necessita como se comprova, são superiores às da Compal; que os consumos de água são exactamente os que estão no documento bem como o gás natural. De seguida comentou que mostrou vários locais em Alpiarça, tendo esta empresa a intenção de criar seiscentos postos de trabalho directos e que a mesma tem diariamente duzentos camiões a entrar e a sair da fábrica. Informou que os administradores da empresa consideraram os terrenos, anexos à actual ETAR Intermunicipal, os mais adequados para instalação da fábrica, e que a área pretendida para edificar é na ordem dos quinze a vinte hectares, localizando-se, exactamente, a mil e duzentos metros do traçado do IC-três. Voltou a referir-se à criação de seiscentos postos de trabalho, sendo alguns deles de grande exigência técnica e tecnológica bem como ao investimento de largos milhões de contos. Esclareceu o porquê da localização da fabrica.

O Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que as palavras do senhor Presidente da Câmara foram mais do que esclarecedoras.

O senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer que este assunto tem a máxima transparência, uma vez que é a documentação original que está nas pastas dos autarcas.

O autarca Manuel Feliciano comentou que achava este projecto, de facto, uma boa ideia, mostrando-se no entanto, preocupado, tendo apelado para que o executivo camarário saiba com quem está a negociar, para não se cair em situações dramáticas como acontece com muitas multinacionais em Portugal, que ao fim de cinco anos de funcionamento fecham as portas.

O Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça referiu-se à preocupação do autarca Manuel Feliciano. Disse não precisar dos seus conselhos e que, quanto à maneira de

decidir ou não, trabalha como lhe ensinaram e como aprendeu, à sua custa, ao longo da vida. Disse que compete à população julgar pela forma de trabalhar, e que dispensa liminarmente os comentários do referido autarca.

Usou da palavra o autarca Manuel Feliciano para comentar que achava que o senhor Presidente da Câmara Municipal não entendeu bem o que este autarca comentou, reforçou que achava o projecto uma ideia ótima e se de facto isso se vier a concretizar seria ótimo para o concelho de Alpiarça. Referiu que não queria dar conselhos a ninguém, simplesmente como autarca pensou que tem direito de mostrar alguma preocupação em relação a um investimento deste género.

Posto o assunto a aprovação da Assembleia, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto três – Criação de uma Derrama para o ano dois mil e um.

A eleita Vera Noronha referiu-se à substituição de uma certidão camarária sobre este assunto pelo facto de a anterior ter algumas incorrecções, tendo apelado ao Sr. Presidente da Mesa para que diligenciasse no sentido de que tal não viesse a repetir-se.

Posto o assunto à votação, foi aprovado por maioria com oito votos a favor e cinco contra.

Ponto quatro – Contribuição Autárquica para dois mil a cobrar em dois mil e um.

Posto o assunto à votação, foi aprovado por maioria com oito votos a favor e cinco contra.

Ponto cinco – Alteração de Âmbito Limitada ao PDM.

O eleito Armindo Pinhão referiu a ausência do regulamento e o Sr. Presidente da Câmara Municipal comentou.

A sessão foi interrompida por quinze minutos, para melhor conhecimento dos grupos das cartas apresentadas.

Reiniciou-se a sessão com a votação deste ponto, cujo resultado foi de oito votos a favor e cinco abstenções – aprovado por maioria.

Ponto seis – Constituição da Ecolozíria.

O Presidente da Assembleia Municipal disse que teve dificuldade em conciliar a documentação uma com a outra, relativamente a este assunto, por estarem vários documentos interligados e que até teve a trocar impressões com a Secretária Engenheira Vera Noronha, tendo ela tido o cuidado de ler os documentos mais pormenorizadamente. De seguida deu a palavra à referida autarca para que ela pudesse colocar algumas dúvidas que lhe surgiram e de que está perfeitamente de acordo.

Usando da palavra a autarca Vera Noronha referiu-se a algumas dúvidas que disse querer partilhar com os restantes membros da Assembleia. Referiu que começou por perceber que a Ecolozíria é criada a partir da Associação RESIURB. Depois, referindo-se ao Artigo sexto, ponto um, a Autarca Vera Noronha disse não perceber

porque é que a RESIURB só se pode extinguir quando a Assembleia Intermunicipal deliberar por unanimidade; a proposta desta Autarca é que a Assembleia Intermunicipal possa deliberar por maioria; também disse não perceber porque é que tem que ser tudo por unanimidade, achando que devia ser sempre por maioria. Referiu-se depois ao mesmo artigo, ponto dois, tendo colocado algumas questões. Disse já ter percebido que a Ecolezíria vai funcionar com capitais maioritariamente da RESIURB. De seguida voltando um pouco atrás, referiu-se ao Artigo Primeiro dizendo que, no mesmo há uma imprecisão grave, uma vez que esta Associação não foi constituída para o tratamento de resíduos sólidos quaisquer, devendo isso estar explícito, mas sim constituída para o tratamento de resíduos sólidos urbanos. Em seguida referiu-se ao Artigo sétimo o qual menciona que a RESIURB está constituída para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos produzidos nos concelhos dos Municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, deposição final e comercialização, não estando explícito se, de facto é a RESIURB que vai resolver tudo isto, ou se é a Ecolezíria; a outra questão era saber o porquê de ter que se criar a Ecolezíria só para o Aterro. Quanto ao Artigo sétimo-A, a autarca lamentou profundamente ter que dizer que há uma incorrecção grave, uma vez que não é um sistema Municipal de tratamento de resíduos sólidos, mas sim um sistema Intermunicipal, porque não é um município que vai tratar dos seus resíduos, mas sim um conjunto de municípios que criaram esta Associação, não podendo nunca o sistema ser municipal, mas sim um sistema Intermunicipal, devendo os artigos seguintes onde se fala em sistema municipal, serem corrigidos; referindo-se ao Artigo décimo terceiro, ponto um, disse que o mesmo deverá ser também explícito, ou seja, se as Assembleias Municipais têm todas que dar parecer favorável, ou se é só por maioria, ou se é só um parecer sem que seja debatido; sobre o artigo vigésimo quinto, na alínea c), onde é dito que compete ao Conselho de Administração elaborar relatório, submetendo-o a aprovação da Assembleia Intermunicipal no decurso do mês de Março, a Autarca propôs que seja acrescentado tal e qual como na alínea d). Quanto aos Estatutos para a Empresa Intermunicipal de capitais maioritariamente públicos, ou seja, já a denominar a Ecolezíria, também disse ter algumas dúvidas. Assim, o Artigo quarto, ponto dois, refere que a Ecolezíria pode exercer actividades acessórias ou complementares relacionadas com o seu objecto principal entendendo-se, designadamente como tal, as atinentes à limpeza, higiene e salubridade pública e à promoção da qualidade ambiental, devendo ficar explícito, o que é que, de facto, a Ecolezíria vai fazer, se é que esta vai resolver os problemas dos concelhos todos, se é desde o principio do sistema, ou seja, da recolha, ou se é só no espaço confinante do aterro. Sobre o Artigo quinto, no ponto um-A, onde é referido que são atribuições da Ecolezíria processar os resíduos sólidos urbanos, ou a tal equiparados por lei, gerados na área dos Municípios associados na RESIURB e entregues por quem deva proceder à sua recolha, disse que está em contradição com aquilo que está escrito no artigo

anterior, que diz que o objectivo principal, fala na recolha, no tratamento, havendo, portanto, qualquer coisa que não está certa, e portanto, no artigo quarto um, que diz que a Ecolozéria tem como objecto principal a recolha, o tratamento e valorização, quando no Artigo quinto já não se refere isso. A autarca questionou quem é que vai entregar os resíduos, se são os municípios que vão fazer a entrega no aterro. A autarca voltou a referir que está ali uma grande confusão. De seguida referiu-se às alíneas c) e d), voltando a falar no Sistema Municipal, dizendo que era evidente que também aqui se caía no mesmo erro, uma vez que não se sabe se a responsabilidade é da Autarquia ou do Sistema Intermunicipal. Quanto ao Artigo sexto, no ponto um, alínea a), questionou onde estavam os anexos um e dois a que a mesma se refere, porque, de facto, não fazem parte do documento que foi entregue. Depois na alínea b) voltou a referir-se ao Sistema Municipal e a questionar se é um Sistema Municipal ou Intermunicipal. Ainda no mesmo Artigo sexto, no ponto quatro, a autarca questionou como é que são ouvidas as Câmaras Municipais dos Municípios Associados, se é através de pareceres.

Seguidamente, no Artigo sexto, ponto sete, que fala em pareceres, a Autarca perguntou se estes pareceres são ratificados por maioria ou por unanimidade. Quanto ao Artigo sétimo, ponto um, alínea a) a autarca disse que era necessário saber-se qual era o capital social e como é que ele estava distribuído. Depois no Artigo décimo sexto, quando se fala na composição do Conselho de Administração, referindo que o mesmo é composto por três membros, sendo o Presidente assim designado pela Assembleia Geral, disse não ser verdade, uma vez que já está dito atrás que o presidente é o Presidente do Município onde estiver instalado o aterro, portanto isto também está em contradição. Referiu que a sócia ou sócias de direito privado, têm direito a designar um administrador, mas se eles são três resta saber quem é o terceiro. No artigo vinte e dois, também relativamente à composição do Conselho Geral, disse não perceber muito bem, porque estava omissa, quantos representantes da RESIURB tem este Conselho Geral, e quem são as Associações de Comerciantes que estão sempre entre pontos de interrogação, sendo, portanto, esta composição um bocado confusa. Disse que no Artigo trinta e dois, alínea d), é referido que para os actos de mero expediente, bastará a assinatura do Presidente do Conselho de Administração ou de um Administrador; como se sabe apenas quem é um, não se sabe como é que aparece o outro Administrador, portanto, continua-se sem saber como é que são delegados estes actos neste expediente. Por fim a autarca disse que com estas dúvidas todas, não se pode votar hoje uma coisa que não é de modo algum um documento acabado e que, pelo contrário, tem uma quantidade tal de imprecisões, que pensa que seria um erro estar-se hoje a aprovar estes estatutos, até porque não sabe, de facto, qual o papel da Assembleia, ao votar a favor ou contra, se inviabiliza alguma coisa ou não inviabiliza nada. Disse que pelo referido não ia votar a favor porque não o pode fazer em

consciência, na medida em que nada é esclarecedor do que é que se vai passar relativamente à Ecolozíria.

Ainda sobre este assunto interveio o Autarca Armindo Pinhão.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém desejava usar da palavra.

Então usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, dando conhecimento a todos os membros da Assembleia que o projecto Estudo/Económico da Ecolozíria constantes das pastas dos autarcas, foi o que esteve presente também em Reunião de Câmara tendo sido aprovado. Informou também que fez declaração de voto, e explicou porque o fez. Informou ainda que no dia treze chegou, proveniente da RESIURB uma nova versão do Estudo/Económico, que já não teve hipótese nenhuma de ir quer à reunião de Câmara quer à sessão da Assembleia Municipal, estando portanto o presente Estudo/Económico já ultrapassado.

O Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra para dizer que achava que só havia uma coisa a fazer, que era chumbar a pretensão e explicar o porquê, ou então agendar o assunto para mais tarde acompanhado de algum parecer.

A autarca Vera Noronha usou da palavra para dizer que, se são colocadas questões, não se pode nem aprovar nem desaprovar; a sua posição não é de inviabilizar, mas não pode aprovar uma coisa da qual tem muitas dúvidas.

O Presidente da Assembleia Municipal voltou a usar da palavra para sugerir que o assunto não seja submetido a aprovação e que se peça um parecer jurídico sobre as alterações referidas.

Deliberado, por unanimidade, concordar com a sugestão do Presidente da Assembleia Municipal.

Ponto sete – Primeira Revisão Orçamental para o ano dois mil.

Posto à votação foi a provado por maioria com oito votos a favor e cinco abstenções.

PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem de trabalhos e havendo assistência na sala, o Sr. Presidente da Mesa informou que estava aberto um período para intervenção do público e que cada cidadão apenas poderia usar da palavra por uma única vez, devendo dirigir-se à mesa, reportando-se apenas à ordem de trabalhos.

Esgotado este período e não se registando qualquer intervenção, o Sr. Presidente da Mesa pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

Assembleia Municipal de Alpiarça

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/B.N.